

2. SISTEMAS DE EDUCAÇÃO NOS PAÍSES SELECIONADOS PARA O ESTUDO

Carmo Gregório

2.1. Estrutura dos sistemas educativos nacionais

A eficácia educativa da escolaridade obrigatória e o sucesso da educação e formação pós-obrigatória, incluindo a equidade e a justiça social, dependem de múltiplos factores. Entre eles, estão factores como a oferta universal de educação pré-escolar, a duração e a organização da escolaridade obrigatória, a existência de um tronco comum integrado ou de uma diferenciação precoce dos percursos escolares. É, portanto, sobre estes aspectos que incide a análise das opções dos diferentes países em estudo que aqui se apresenta.

Em todos os casos analisados, a educação pré-escolar é de carácter facultativo. Com excepção do Japão em que este tipo de educação é dispensado maioritariamente por instituições privadas, em todos os outros países do estudo existe uma oferta pública universal de educação de infância nos anos que antecedem a escolaridade obrigatória. Este tipo de oferta ocorre, em regra, nos mesmos estabelecimentos que são dedicados à educação primária.

Existem, no entanto, algumas diferenças no se refere à duração da educação pré-escolar que oscila entre um e três anos:

- 1 ano: Canadá (idades 5-6) e Finlândia (idades 6-7);
- 2 anos: Austrália (idades 4-6), Inglaterra (idades 3-5) e Irlanda (idades 4-6);
- 3 anos: Espanha (idades 3-6)

A estrutura dos diferentes sistemas de ensino põe em evidência a existência de um tronco comum integrado até ao final da escolaridade obrigatória, cuja duração oscila entre os 9 e os 11 anos, sendo de 10 anos a duração da escolaridade obrigatória na maior parte dos países em estudo:

- 9 anos: Finlândia e Japão;
- 10 anos: Austrália, Canadá, Espanha e Irlanda;
- 11 anos: Inglaterra.

A escolaridade primária prolonga-se por seis anos em todos os países, com oscilações na idade de início: aos 5 anos de idade em Inglaterra, aos 7 anos na Finlândia e aos 6 anos na maior parte dos outros países – Austrália, Canadá, Espanha, Irlanda e Japão.

A escolaridade primária pode constituir um ciclo único – Austrália, Canadá, Irlanda e Japão –, estar dividida em ciclos – Espanha e Inglaterra – ou integrar o ciclo mais amplo da escolaridade obrigatória – Finlândia. No entanto, a Inglaterra é o único país em que os ciclos são ministrados em escolas separadas: “infant schools” (idades 5-7) e “junior schools” (idades 7-11).

Em geral, a educação primária tem um regime de monodocência (normalmente um único professor excepto para áreas específicas como língua estrangeira, música ou educação física). Na Finlândia este regime passou de 6 para os primeiros 4 anos de escolaridade, a partir de 2006.

Nos casos do Canadá, Finlândia e Reino Unido é explicitamente declarado nos documentos consultados que a obrigatoriedade de educação não significa obrigatoriedade de frequência de uma escola: outros meios de aprendizagem são, em princípio, aceites. Em particular, é permitido aos pais satisfazer estes requisitos de educação obrigatória educando os seus filhos em casa.

Nas linhas que se seguem, apresenta-se uma descrição sucinta da estrutura de ensino adoptada por cada um dos países, ao nível da escolaridade obrigatória, também resumida na tabela abaixo.

**Perfil do sistema educativo dos países do estudo:
educação de infância e escolaridade obrigatória**

Idade	Nível escolar	Austrália	Canadá (Alberta)	Espanha (P. Basco)	Finlândia	Inglaterra	Irlanda	Japão
0				Educação Infantil				
1				- 1.º ciclo - (não univ.) NO				
2								
3			Pré-escolar (não univ.)	Educação Infantil		Pré-escolar (univ.) NO	Pré-primária NO	Pré-escolar NO
4		Pré-escolar (part-time: 12h) NO (univ.)	Pré-escolar (não univ.)	- 2.º ciclo - (univ.) NO		Pré-escolar (univ.) NO	Classe Infantil Júnior (univ.) NO	Pré-escolar NO
5		Ano preparatório (univ.) NO*	Jardim de infância (univ.) NO			EPO - 1.º ciclo -	Classe infantil sénior (univ.) NO	Pré-escolar NO
6	1	EPO	EPO	EPO - 1.º ciclo -	Pré-escolar (univ.) NO		EPO - 2.º ciclo -	EPO
7	2			EBO	EPO - 2.º ciclo -			
8	3							
9	4							
10	5							
11	6			ESO - 3.º ciclo -	ESO	ESO - 3.º ciclo -		
12	7	ESO	Secundário inferior				ESO - 1.º ciclo -	
13	8			EBO	ESO - 2.º ciclo -			
14	9	ESO - 4.º ciclo -	ESO superior					
15	10							
16	11							
17	12							

Legenda:

NO: Não Obrigatória;

EBO: Educação Básica Obrigatória;

EPO: Educação Primária Obrigatória;

ESO: Educação Secundária Obrigatória

* Excepto no Estado da Tasmânia em que a frequência deste ano é obrigatória.

	Educação primária (ISCED 1)
--	-----------------------------

Austrália A educação pré-escolar é proporcionada em parte do dia, nos dois anos anteriores ao início da escolaridade obrigatória. Embora seja de oferta pública universal, não é obrigatória, excepto na Tasmânia. A partir de 2008, as pré-escolas passaram a estar integradas nas escolas primárias.

A escolaridade obrigatória tem a duração de 10 anos (dos 6 aos 16 anos), dos quais 6 são de educação primária (dos 6 aos 12 anos de idade).

Paralelamente ao sistema estatal, existem escolas privadas de todos os níveis escolares. Muitas delas são promovidas por grupos religiosos (católicos ou islâmicos), por comunidades étnicas ou de orientações pedagógicas particulares, tais como Montessori ou Steiner. Estas escolas são inspeccionadas regularmente e têm um currículo semelhante ao das escolas estatais.

Em 2000, 31% de todos os alunos (primário e secundário) estudavam em escolas privadas, a maior parte deles em escolas de afiliação religiosa.

Canadá (Alberta) Até aos 3 anos as crianças podem ser acolhidas por estruturas educativas privadas, embora as famílias de fracos recursos possam beneficiar de alguma ajuda financeira para suportar este encargo. Dos 3 aos 5 anos as crianças podem frequentar “pré-escolas” durante três horas diárias. Para os que completam 5 anos, existe uma oferta universal de Jardim-de-Infância, de carácter facultativo, integrado em escolas primárias.

A escolaridade obrigatória tem uma duração mínima de 10 anos, embora muitos estudantes continuem até ao grau 12. A escolaridade primária tem uma duração de 6 anos e decorre dos 6 aos 11 anos de idade.

A maior parte dos alunos frequenta as escolas do sector público. As escolas privadas seguem de perto os requisitos das públicas.

**Espanha
(País
Basco)**

A educação infantil dos 0 aos 6 anos é de carácter facultativo e está dividida em dois ciclos de três anos cada (dos 0 aos 3 e dos 3 aos 6 anos). A taxa de escolarização do 2.º ciclo de educação infantil aproxima-se dos 100%. A educação infantil é dada tanto em centros públicos como privados, sendo gratuita dos 3 aos 6 anos nos Centros Públicos e contratualizados.

A educação pré-escolar dos 0 aos 3 anos pretende dar resposta às necessidades das crianças e das famílias, para que estas possam aceder ao mercado de trabalho enquanto aquelas são educadas através de experiências que lhes permitem adquirir as destrezas próprias da sua idade.

A educação primária tem a duração de 6 anos e constitui a primeira etapa da educação obrigatória de 10 anos (dos 6 aos 16 anos), estando organizada em 3 ciclos de dois anos cada.

Os dados de 2002/03 indicam 67% dos alunos a frequentarem o sector público. Do total de escolas, 29% eram privadas divididas entre *centros concertados* (89%) com financiamento público e *centros non-concertados* (11%) totalmente particulares.

Finlândia

A educação pré-escolar, que ocorre aos 6 anos de idade (no ano anterior ao início da escolaridade obrigatória), embora seja facultativa é frequentada pela quase totalidade das crianças daquela idade (mais de 95%).

As autoridades locais asseguram a educação pré-escolar embora a decisão de a frequentar seja dos pais. Esta educação é dispensada em infantários ou em escolas básicas e tem como

objectivo preparar as crianças para aprender e atenuar as diferenças antes da educação básica.

A escolaridade obrigatória é de 9 anos (dos 7 aos 16 anos de idade) e gratuita para todos os cidadãos, podendo ser prolongada voluntariamente por mais um ano. Embora a educação primária corresponda aos primeiros 6 anos de escolaridade (do 7 aos 13 anos de idade), deixou de existir uma separação entre este nível e o seguinte. Pela lei, os 9 anos de escolaridade são considerados uma única entidade.

A maior parte das escolas básicas são escolas públicas municipais. Existem, também, diversas escolas privadas que seguem as mesmas regras e o mesmo currículo das escolas públicas.

Inglaterra A educação pré-escolar é assegurada pelas autarquias locais ou por instituições independentes, em infantários ou em classes infantis nas escolas primárias. As autarquias locais procuram também providenciar creches para as crianças com idade superior a 2 anos. A educação pré-escolar é uma oferta pública universal dos 3 aos 5 anos de idade, embora seja de carácter facultativo.

A educação obrigatória prolonga-se por 11 anos (dos 5 aos 16 anos) e está dividida em quatro ciclos com diversos anos de duração: 2+4+3+2. Os primeiros 6 anos (dos 5 aos 11 anos de idade) correspondem à educação primária que está organizada em dois níveis: dos 5 aos 7 anos (1.º ciclo, *key stage 1*, KS1) e dos 8 aos 11 anos (2.º ciclo, *key stage 2*, KS2). A educação secundária obrigatória inclui o *key stage 3*, KS3, e o *key stage 4*, KS4, com 3 e 2 anos de duração, respectivamente.

Em todo o Reino Unido, cerca de 7% dos alunos frequentam escolas privadas, designadas como escolas independentes.

Irlanda

A educação pré-escolar é parte integrante da educação primária. Embora as crianças não sejam obrigadas a frequentar a escola antes dos 6 anos, muitos dos que têm 4 e quase todos os que têm 5 anos de idade frequentam as classes infantis. Não existindo um sistema de educação pré-escolar, as escolas primárias devem aceitar alunos a partir dos 4 anos. O currículo destes dois anos está integrado nos primeiros oito anos de escolaridade.

A escolaridade obrigatória tem uma duração de 10 anos (dos 6 aos 16 anos de idade), dos quais 6 são de educação primária (dos 6 aos 12 anos). Depois da educação infantil os alunos integram a classe júnior (grau 1 e 2), seguem para a classe média (graus 3 e 4) e acabam na classe sénior (graus 5 e 6).

Muitos dos estabelecimentos de ensino são escolas paroquiais, estabelecidas sob o patrocínio diocesano e ajudadas pelo Estado, algumas das quais não têm co-educação (alunos dos dois géneros). Apenas cerca de 2% dos alunos frequentam escolas particulares não subsidiadas pelo estado.

Japão

A educação pré-escolar pode ocorrer dos 3 aos 6 anos. Apesar de não ser obrigatória e de ser proporcionada maioritariamente por instituições privadas, existe um currículo nacional para os jardins de infância. Os dados de 2000 apontam para cerca de 60% das crianças de 5 anos na educação pré-escolar, valor inferior aos dos outros países em estudo.

A educação elementar, dos 6 aos 12 anos, é o primeiro patamar da escolaridade obrigatória de 9 anos que vai até aos 15 anos de idade.

Cerca de 99% das escolas elementares são financiadas pelo poder local.

Uma das manifestações do sector privado na educação reside no apoio tutorial individual ou em pequenos grupos, vulgo explicações, (ver mais adiante).

2.2. Organização da educação escolar

Tomando a escola como um local de diversidade no que se refere à origem dos alunos, às idades ou às competências, interessa conhecer as formas encontradas para a abordar, tendo como adquirido que qualquer das opções tem efeitos na vida escolar dos alunos. Nesta perspectiva, referiremos a forma como os diferentes países organizam a educação elementar, especialmente no que se refere à escolha da escola, à constituição dos grupos-turma, ao modo de ensino e à progressão dos alunos ao longo deste período da sua escolaridade.

Nos países em análise, e como seria de esperar, a admissão dos alunos não é feita na base dos resultados académicos ou das competências. A situação mais comum é a admissão na escola mais próxima do local de residência do aluno, sem que isso seja impeditivo da escolha de outra escola por parte do aluno.

Há países – Inglaterra, Espanha – em que as escolas, para além dos critérios da proximidade da residência ou do local de trabalho dos pais, estabelecem outras prioridades para a admissão dos alunos, como, por exemplo, o rendimento familiar, a existência de necessidades educativas especiais (NEE), ter irmãos naquela escola ou ainda o facto de a criança estar institucionalizada ou a cargo da segurança social.

Em todos os países do estudo, o critério para a constituição do grupo-turma é a idade, dando lugar à constituição de classes por ano de escolaridade. No entanto, em escolas pequenas, normalmente nos meios rurais, para rentabilizar os recursos, as turmas acabam por integrar alunos de vários graus (graus consecutivos ou multi-graus), podendo mesmo ser classes únicas. As turmas constituídas com este critério são grupos que reúnem

competências heterogéneas que se mantêm ao longo da escolaridade primária, até porque, em quase todos os países, a progressão é praticamente automática.

O número de alunos por turma é variável. O Canadá é o país com turmas mais pequenas (média de 23 alunos, sendo mais pequenas nos primeiros anos de escolaridade), enquanto o Japão tem as turmas mais numerosas (40 alunos). Os restantes países oscilam entre os 26 (Austrália) e os 30 (Inglaterra e Irlanda) alunos por turma. A Finlândia não estabelece limites para o número de alunos por turma fazendo-o depender dos objectivos estabelecidos pelo professor. As turmas que integram alunos com NEE têm o seu efectivo reduzido no Canadá e em Espanha.

Assinala-se, também, o facto de a Austrália e a Inglaterra constituírem grupos de nível em Matemática e em Língua Materna (normalmente três níveis), formados com base nas competências dos alunos em cada uma dessas matérias.

A duração típica da leccionação por ano apresenta algumas variações: 200-209 dias no caso da Austrália (conforme o Estado/Território), 190-200 dias no Canadá (conforme a Província/Território), 189 dias para o ensino primário em Espanha (25 horas semanais) e 175 dias para o secundário (30 horas semanais), 190 dias na Finlândia (progressivamente 19, 23, 24 e 30 horas semanais, em função do ano escolar), 183 dias para o primário e 179 dias para o secundário na Irlanda (35-42 aulas semanais de 35-45 minutos), 190 dias para a Inglaterra (recomendação de 21 horas semanais para KS1, 23,5 horas para KS2, 24 horas para KS3 e 25 horas para KS4).

Foi só depois de 2002 que o sábado ficou totalmente de fora da semana lectiva no Japão. A introdução da semana escolar de cinco dias pretendeu contribuir para uma redefinição das relações escola-família-comunidade. A duração normal é de 34 semanas e 35 semanas, respectivamente, no ensino elementar e no ensino secundário obrigatório.

O tipo de professor para a educação primária é comum aos vários países. Trata-se de um professor generalista que é responsável pelo ensino

de todas ou da maior parte das matérias de ensino. Surgem depois alguns países – Austrália, Espanha e Japão – que têm professores especialistas para certas áreas do currículo (educação física, artes, música ou língua estrangeira), embora no Japão estes professores só intervenham em algumas escolas e a partir do 4.º ano de escolaridade.

Com a excepção do Japão, em todos os outros países do estudo o professor generalista é ajudado na sua tarefa por professores de apoio em NEE, em literacia ou numeracia ou por assistentes escolares (que podem não ser professores) mas que actuam sob a orientação do professor generalista.

As matérias de ensino são abordadas de forma integrada, mesmo nos países em que o currículo as apresenta de modo individualizado, embora a necessidade de avaliar e de apresentar resultados em áreas-chave como Matemática ou Língua Materna leve, por vezes, ao reforço e à individualização destas áreas.

Os modos de ensino não estão prescritos em nenhum dos países. Embora com predominâncias diferentes, todos parecem recorrer ao ensino simultâneo, em grande ou pequeno grupo, e ao ensino individualizado. As metodologias a adoptar são, em regra, uma opção de cada professor. O Japão será, talvez, um caso singular, pois as orientações do Ministério destinadas aos professores parecem ser prescritivas sobre essa matéria.

A progressão automática é uma prática corrente em quase todos os países do estudo. A retenção é residual e, normalmente, decorre de uma decisão concertada entre pais, professores e outros técnicos. A Espanha é uma excepção nesta matéria, uma vez que prevê a retenção do aluno num dos ciclos, embora tal só possa ocorrer uma vez ao longo da escolaridade básica (ver adiante).

Nas linhas que se seguem, apresentam-se as singularidades de cada país relativamente ao acesso à escola, ao agrupamento dos alunos, ao modo de ensino e à progressão ao longo da escolaridade.

Austrália As escolas não são selectivas. Têm uma área de abrangência definida e dão prioridade aos alunos que vivem nessa área. Caso ainda restem lugares disponíveis, as escolas podem aceitar alunos residentes noutras áreas. O governo promove a escolha da escola que melhor responda às necessidades dos alunos e da comunidade. Nesse sentido, as escolas são financiadas em função das necessidades das comunidades que servem e do número de alunos matriculados.

Habitualmente, as turmas são organizadas por idades, com excepção das escolas pequenas em que existem classes únicas. A média de alunos por turma varia entre 24 e 27 nos diferentes Estados.

A tendência é para ensinar em grupos heterogéneos em que os professores usam questões abertas para permitir a troca de conhecimentos entre alunos de diferentes níveis. Sempre que a estratégia é a aprendizagem cooperativa, a resolução de problemas ou a pesquisa optam pela realização de trabalhos em grupos heterogéneos. Por vezes, a turma é dividida em grupos de nível em matérias como Matemática. Nestas circunstâncias, o professor dirige-se à vez a cada grupo ou, enquanto uns trabalham segundo as suas orientações, ele acompanha os que têm mais dificuldades.

A situação mais comum na escola primária é um professor generalista por turma que é responsável pelo ensino da maior parte ou da totalidade do currículo. Para áreas do currículo como artes, educação física ou língua (outra que não o Inglês) são usados professores especialistas, embora tal não seja possível em escolas pequenas.

Os alunos com dificuldades permanecem na sua classe de idade onde recebem apoio de um professor que actua sob orientação do professor da turma. Certos Estados dispõem de

professores-chave com uma formação mais específica em literacia e numeracia que apoiam o professor da classe, especialmente nos graus em que há testes gerais.

A passagem entre níveis é automática. No entanto, certos Estados, em consequência dos padrões impostos em literacia e numeracia, estão a exigir que os estudantes preencham certos requisitos para passarem de classe, de curso ou de escola.

Não existem requisitos para a progressão ao longo do ensino primário. A passagem ao ensino secundário depende apenas da frequência do último ano do primário e do parecer dos professores, em articulação com os pais.

Canadá A oferta de escolas é diversificada e os pais podem escolher entre escolas públicas, católicas, francófonas ou *charter schools*.

No que se refere à constituição das turmas, existe uma recomendação quanto ao número de alunos por turma que varia em função dos graus escolares:

- do jardim de infância até ao grau 3: 17 alunos;
- graus 4 a 6: 23 alunos;
- graus 7 a 9: 25 alunos;
- graus 10 a 12: 27 alunos.

Geralmente, as classes que integram alunos com NEE, alunos cuja Língua Materna não é o inglês ou alunos em risco devem ter um número mais reduzido de elementos.

Os professores do ensino primário são generalistas e abordam o ensino de forma integrada e interdisciplinar. Colocando a tónica na aprendizagem, os alunos realizam trabalho programado que inclui trabalho em grupo por tarefa ou em função das suas competências.

Normalmente, ao nível elementar o progresso dos alunos é contínuo. Raramente uma criança é retida no mesmo nível. São usados vários tipos de remediação dentro da sala de aula, numa base individualizada, ou num centro de recursos na escola, por um período de tempo limitado. Noventa e oito por cento dos alunos passam para o nível secundário.

Espanha Os pais têm direito a inscrever os filhos nos Centros Escolares da sua área de residência ou em Centros Escolares distintos dos públicos. São critérios prioritários de admissão proceder de estabelecimento de ensino público, o rendimento anual da família, a proximidade do domicílio ou do local de trabalho, a existência de irmãos já matriculados no Centro, pertencer a uma família numerosa ou ter alguma NEE. Não pode haver discriminação na admissão por razões ideológicas, religiosas, morais sociais ou de nascimento.

Os Centros que ministram educação primária devem reunir requisitos mínimos em matéria de instalações, de condições materiais e organizacionais, a saber: reunir os três ciclos, com um mínimo de uma turma por cada ano do ciclo e o máximo de 25 alunos por turma, excepto nas que integram alunos com NEE onde o número máximo é inferior.

A constituição de grupos-turma com base nas competências não é permitida. As classes correspondem ao grupo de idade, embora nas escolas rurais possam reunir várias idades.

Para além dos professores generalistas responsáveis pela docência de carácter geral, existem professores especializados no ensino de Música, Educação Física e Língua estrangeira.

A avaliação tem um carácter global e contínuo. O acesso ao ciclo seguinte depende da aquisição dos objectivos do currículo.

Se tal não se verificar, o aluno pode permanecer mais um ano nesse ciclo. No entanto, a retenção só pode ocorrer uma vez ao longo da escolaridade primária.

Os alunos que transitam ao ciclo seguinte, com uma avaliação negativa em algumas áreas, são apoiados para recuperarem.

Finlândia Embora a legislação garanta o acesso à escola mais próxima do local de residência, o aluno pode frequentar outra escola, dentro ou fora da sua municipalidade, desde que a deslocação seja a mais curta e segura possível.

As classes são organizadas com base na idade mas o grupo-turma pode reunir dois ou mais anos, sobretudo em escolas pequenas. O número de alunos por turma não está fixado, depende dos objectivos dos professores. A classe é conduzida por um professor único que ensina todas as matérias, podendo ser ajudado por um assistente escolar quando há alunos com dificuldades.

Os professores podem escolher os métodos que considerarem mais adequados para atingir os objectivos do currículo. As orientações relativas ao currículo nacional (*core curriculum*) incluem pistas para a escolha do método, incluindo abordagens pedagógicas do tipo Montessori ou Freinet. Nos primeiros seis anos o ensino é integrado e concentrado na aprendizagem de competências e métodos. Os alunos trabalham em grupo e apresentam os resultados das suas pesquisas.

A avaliação é levada a cabo pelo professor principal da classe e baseia-se no trabalho realizado na aula, em casa, assim como em testes feitos pelos professores.

Um aluno pode, eventualmente, repetir o ano mas isso não é habitual. O aluno que complete um nível está apto a frequentar o

seguinte. As escolas têm um grupo constituído pelo director da escola, o conselheiro de orientação, o enfermeiro e os professores de educação especial, que discute sobre a possibilidade de repetição de alguns alunos. Quando essa é considerada a melhor solução, ela é negociada com os pais.

Inglaterra A escola e as autoridades locais publicitam a política de admissão a seguir e indicam o número de alunos a admitir em cada ano. De qualquer modo, a selecção académica não pode ser usada para decidir sobre a admissão de uma criança na escola primária. É dada prioridade aos que vivem próximo da escola ou já têm irmãos na escola. No entanto, os pais têm direito a escolher a escola da sua preferência e a recorrer caso não consigam a admissão dos filhos. Segundo uma legislação mais recente, as crianças institucionalizadas ou a cargo da segurança social têm prioridade na admissão.

No ensino primário, em regra, as turmas são constituídas por alunos da mesma idade. As escolas pequenas têm uma ou mais classes únicas (com alunos das várias idades). Os grupos-turma do 1.º ciclo não podem ter mais de 30 alunos por professor.

Habitualmente, as classes são leccionadas por um professor generalista que pode ser apoiado por um professor assistente. Apenas algumas escolas têm professores especialistas em certas matérias (Música, por exemplo).

O professor da classe tem a responsabilidade de assegurar um ensino diferenciado, em função das competências dos alunos, e de fazer as suas opções em matéria dos métodos e materiais a adoptar, depois de consultar o director e o professor coordenador. O ensino é organizado à volta de temas, de modo a abordar as várias matérias de forma global.

Os alunos, incluindo os que têm necessidades educativas especiais, são colocados na classe da sua idade e, normalmente, progredem para a classe seguinte no final do ano. Excepcionalmente, os pais e a escola podem decidir que uma criança deve beneficiar de um ano extra. Nas pequenas escolas que têm classes únicas (com alunos de diversas idades) há alunos que ficam mais de um ano na mesma classe.

Irlanda

As crianças, normalmente, frequentam a escola mais próxima da área de residência mas os pais têm direito a escolher a escola da sua preferência e a reclamarem se não forem atendidos.

Trinta é o número máximo de alunos por turma, no nível primário, embora na prática existam classes maiores. As crianças são organizadas em turmas correspondentes ao ano que frequentam. A maior parte das classes são de um só grau (classes de idade), seguidas das que juntam graus consecutivos e das que reúnem multi-graus, nos meios rurais. Cerca de metade das escolas têm menos de 100 alunos e poucos professores.

No ensino primário, cada classe ou grau tem um professor responsável que lecciona todas as matérias, incluindo religião, e que acompanha a classe por dois ou três anos. Nas escolas localizadas em zonas desfavorecidas, as classes podem beneficiar de um professor assistente. Nos últimos anos, as escolas passaram a integrar também professores especializados tais como: professor de apoio, assistente de necessidades especiais, professor de apoio de linguagem, professor de apoio para viajantes, professor visitante para viajantes, professor de ligação casa-escola-comunidade, professor visitante para crianças e jovens com deficiência auditiva ou visual.

Os professores devem avaliar os alunos regularmente, segundo os procedimentos contidos na documentação do currículo. No

final do ano, os alunos passam normalmente para a classe seguinte. A retenção não é usual. Ela é apenas residual e justificada por dificuldade de aprendizagem, imaturidade ou mudança de escola. As crianças imigrantes, por vezes, repetem o ano por dificuldade linguística ou por incompatibilidade do currículo com as aprendizagens precedentes.

Em regra, as crianças são encorajadas a prosseguir com a sua classe na medida em que elas têm um plano individual de aprendizagem e um professor de apoio.

O Ministério da Educação faz uma avaliação nacional nos graus 2 e 5 mas os resultados não podem ser divulgados para evitar a comparação entre escolas.

Japão

Durante a escolaridade elementar, os alunos frequentam a escola da sua área de residência. A maior parte das crianças frequenta escolas públicas suportadas pelas prefeituras locais.

Tradicionalmente, as classes são organizadas tendo por base a idade dos alunos, o que significa que podem ser heterogéneas em matéria de competências. As turmas têm cerca de 40 alunos. As escolas suburbanas podem ter 700 ou 1000 alunos, enquanto as escolas rurais chegam a ter uma única turma de classe única.

A maior parte dos professores da escola elementar são generalistas. A partir do 4.º ano, há matérias, como Arte ou Música, que podem ser dadas por professores especialistas, mas eles são raros no ensino elementar.

O ensino é ministrado em função dos objectivos e das orientações estabelecidos pelo Ministério. A situação mais comum é o professor dirigir-se ao conjunto da classe em ensino simultâneo

e as crianças realizarem todas as mesmas tarefas. Por vezes, os alunos trabalham a pares ou em grupos mas para o mesmo objectivo. Orientações mais recentes recomendam a introdução de grupos de estudo, grupos de nível ou ensino individualizado, de modo a produzir um ensino à medida das necessidades dos alunos.

Ao longo dos nove anos de escolaridade obrigatória, a progressão entre graus é praticamente automática.

2.3. Gestão da diversidade

Neste capítulo pretende-se dar uma visão global das soluções adoptadas nos vários países relativamente às crianças com necessidades educativas especiais (NEE). Integram-se neste grupo não só as crianças com deficiência, mas também todas as crianças que, em determinado momento, apresentam dificuldades que as impedem de ter sucesso escolar, nomeadamente as que estão associadas a populações nómadas, a minorias étnicas ou culturais, a grupos desfavorecidos ou marginais. A sobredotação também aqui se inclui nas NEE.

Comum aos vários países em estudo, encontramos soluções diversas para as crianças com deficiência, em função da natureza e profundidade dessa deficiência: desde a inclusão em escolas primárias e secundárias correntes, porventura com unidades especiais anexas ou turmas específicas, a escolas especiais ou educação em casa.

Porém, a tendência geral é para a integração em escolas correntes. Por exemplo, na Austrália, de acordo com os novos currículos do NCB, 2008, reconhece-se que a equidade em educação exige, não currículos alternativos menos exigentes para os alunos em desvantagem, mas diferentes formas de apoio de modo a terem a oportunidade de virem a atingir as mesmas expectativas elevadas de todos os outros. Também no Reino Unido, defende-se que, tanto quanto possível, as crianças com

necessidades educativas especiais, (*Special Education Needs, SEN*) são integradas com as outras, apostando-se na importância de uma educação personalizada para todas as crianças.

A política de integração aplica-se também a crianças superdotadas, com a exceção da província de Alberta no Canadá onde os superdotados encontram um tratamento específico. No Reino Unido, embora na legislação os estudantes superdotados não sejam identificados como NEE, há autarquias locais que oferecem algumas soluções para estes casos.

Em todos os países analisados, as dificuldades de aprendizagem decorrentes de NEE têm, pois, como primeira opção uma abordagem inclusiva que se traduz na manutenção dos alunos em classes regulares que, por essa razão, podem ter um número de alunos inferior ao estabelecido – Canadá e Espanha. No entanto, alguns desses países – Finlândia, Irlanda, Japão – têm, em paralelo, classes de ensino especial, dentro da escola regular, para os casos em que as necessidades identificadas não permitem optar pela primeira situação. Nos casos de deficiência mais severa, todos os países têm também escolas dedicadas a necessidades educativas específicas.

Os programas de intervenção precoce registam-se especialmente na Austrália, no Canadá, em Espanha, na Finlândia e em Inglaterra. Trata-se, essencialmente, de estabelecer um diagnóstico logo na educação pré-escolar e de dar uma atenção atempada à educação dessas crianças, disponibilizando os recursos necessários para esse efeito. A Inglaterra criou programas destinados aos alunos que manifestam os primeiros sinais de dificuldade em literacia ou em numeracia. Estes alunos são apoiados por professores assistentes ou pelo professor coordenador de Matemática, em pequenos grupos à parte.

Os programas específicos de apoio à literacia têm particular expressão na Austrália, no Canadá e em Inglaterra. O Canadá, por exemplo, apostou na redução do número de alunos por turma e na literacia precoce. A Inglaterra introduziu programas de literacia adicional para os alunos dos 3.º e 4.º anos e de literacia suplementar para os do 5.º ano.

Alguns países – Austrália, Canadá e Espanha – desenvolvem programas específicos dedicados a crianças sobredotadas.

A concretização destes programas tem sido acompanhada da disponibilização de recursos humanos e materiais, pela edição de materiais de apoio aos professores (caso da Inglaterra) ou pelo incentivo à utilização de novos métodos de ensino (caso do Canadá). Quase todos os países dispõem de equipas de professores especializados em NEE com valências diversas: psicopedagogos, professores que apoiam os alunos dentro ou fora da sala da sala de aula, assistentes escolares (pessoal não docente que acompanha os alunos), etc.

As estratégias encontradas para fazer face às dificuldades de aprendizagem não são as mesmas em todos os países. Enquanto o Canadá e a Finlândia apostam em Planos Individuais de Aprendizagem, o Japão enfatiza os trabalhos de casa, as explicações e a “escola depois da escola” (*Juku*) como meio para recuperar eventuais atrasos. A Irlanda destaca o trabalho de grupo e a aprendizagem cooperativa. A Inglaterra, por seu turno, aposta nos grupos de nível, em Matemática e Língua Materna, e no apoio aos alunos com dificuldades nestas matérias (durante a aula, fora da aula e em tempo extracurricular). A Austrália também organiza grupos de nível para o ensino da Matemática. Os trabalhos de casa parecem merecer alguma atenção em Inglaterra, na medida em que o tempo a dedicar-lhes está regulamentado.

A abordagem finlandesa merece, talvez, algum realce na medida em que ela se caracteriza por dedicar mais tempo a cada aluno em dificuldade e por mobilizar um maior número de professores (ou outros técnicos de educação), recorrendo a métodos diversificados, mas sempre em concertação com o professor da classe.

As populações indígenas (casos da Austrália e Canadá), ciganas (casos da Finlândia e Espanha) ou imigrantes (casos da Finlândia, Irlanda, Japão, Inglaterra e Espanha) têm motivado o desenvolvimento de programas e de estratégias com vista à integração escolar e à melhoria dos resultados

escolares das crianças oriundas desses grupos. Por vezes, estes programas são concertados com as comunidades respectivas e envolvem apoios complementares em matéria de alojamento, transportes ou alimentação.

A Austrália tem apostado na manutenção dos bons professores em zonas com predominância de população indígena e no desenvolvimento de métodos de ensino mais adequados a estas populações. O Canadá tem um currículo de Cultura e Língua Aborígine e introduziu elementos da cultura autóctone nos currículos regulares. A Finlândia está a executar um currículo e o ensino em língua cigana à medida que vai formando professores especializados nessa língua. A Espanha tem apostado em mediadores culturais, na formação de professores e no reforço educativo dos imigrantes, com apoio dentro e fora da sala de aula.

A integração de imigrantes é feita em grupos preparatórios (caso da Finlândia) ou na classe regular o que implica apoio aos alunos, especialmente nas línguas segundas. A Inglaterra oferece também ensino de algumas línguas maternas, dentro ou fora do horário escolar. O Ministério inglês divulga conselhos e boas práticas, como forma de apoiar os professores envolvidos no ensino de imigrantes.

Nas linhas que se seguem destacam-se as opções feitas por cada país relativamente às dificuldades de aprendizagem, que abarcam quer os programas de âmbito nacional, quer as estratégias adoptadas ao nível da organização do trabalho da turma.

Austrália A Austrália está centrada na qualidade da escola o que implica mais apoio aos professores e aos directores de estabelecimento de ensino, de modo a garantir a manutenção dos bons resultados no PISA.

Apesar desses resultados globais positivos, há alunos que não os atingem, sendo os indígenas, os rapazes e os alunos oriundos de estratos socioeconómicos baixos ou de localidades

regionais fora das grandes cidades os grupos mais sensíveis. Uma das respostas a este problema foi o *Literacy, Numeracy and Special Needs Programme* (2005-2008) coordenado pelo governo e adoptado por todos os Ministérios para apoiar os alunos em desvantagem e melhorar os padrões naquelas matérias. Para apoiar este plano, cada um dos Estados e Territórios pôs em prática programas centrados nos primeiros anos de escolaridade.

As escolas públicas oferecem um rol serviços e de programas destinados a crianças e estudantes com NEE, nomeadamente os programas de intervenção precoce (ex: autismo ou linguagem) destinados a grupos com um número limitado de crianças com a mesma dificuldade e com um número de sessões semanais pré-estabelecido. O acesso a programas de educação especial nas escolas regulares é feito através do conselheiro escolar. Existem equipas de professores especializados em diferentes necessidades educativas, que ensinam directamente as crianças ou dão consultoria às turmas, às escolas ou às famílias. Os estudantes com necessidades educativas que requerem um apoio intensivo podem recorrer a escolas especiais com programas adequados a cada necessidade.

Para melhorar os resultados dos indígenas, que são o grupo mais desfavorecido, o governo está a implementar um conjunto de políticas e estratégias que implicam, por exemplo, a manutenção dos bons professores nas áreas com população indígena e o uso dos métodos mais adequados. A melhoria da participação e do desempenho escolar dos indígenas passa por desenvolver programas acordados com as respectivas comunidades e em coordenação com os representantes da saúde, das infraestruturas, do emprego, de modo a encontrar respostas articuladas para um conjunto de prioridades.

Canadá (Alberta) Têm sido lançados programas para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, através dos quais se encorajaram os professores, os pais e a comunidade a colaborar em métodos de ensino inovadores. Os projectos-piloto incluem a redução do número de alunos das classes e a introdução de programas de literacia precoce.

Os alunos com NEE podem frequentar classes regulares, numa perspectiva de integração, ou escolas especiais em função da sua necessidade específica. No estado de Alberta a “Adaptação Escolar” designa a educação de alunos com deficiências ligeiras, médias ou graves, assim como a dos alunos dotados e talentosos. A educação dos alunos com NEE de modo inclusivo é a primeira opção e pressupõe um ensino especialmente concebido, com apoio e realizado em classe regular na escola do bairro.

Partindo do princípio de que o sistema de ensino deve responder adequadamente às necessidades de todas as crianças e jovens, o Estado de Alberta apresenta um conjunto de programas e de recursos destinados aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, para todos os níveis de educação, desde o pré-escolar (intervenção precoce). Os pais são envolvidos na tomada de decisão relativamente aos programas a aplicar aos seus filhos.

Os Conselhos Escolares têm a responsabilidade de garantir o acesso dos alunos com NEE a este tipo de programas e de velar pela elaboração dos planos de intervenção personalizada (PIP), pela sua execução, acompanhamento e avaliação. Devem igualmente dotar as escolas de equipas que assegurem a consulta, a planificação e a resolução de problemas decorrentes da programação destinada aos alunos com NEE. Os serviços de apoio integram técnicos diversificados, como por exemplo os “adjuntos de ensino” que trabalham sob

orientação de um professor encartado de forma a garantir a concretização dos objectivos previstos no PIP do aluno.

Existem recursos técnicos e pedagógicos, destinados aos professores, que propõem um conjunto de estratégias para ensinar os alunos com diferentes tipos de necessidades. A estratégia principal de gestão da heterogeneidade e de resposta às diversas necessidades de aprendizagem consiste na elaboração dos já referidos planos de intervenção personalizada (PIP) e na utilização da diferenciação pedagógica na sala de aula. O Ministério de Alberta edita, também, uma série de recursos destinados a apoiar e a encorajar os pais a participarem activamente na educação dos filhos.

Foram desenvolvidos programas para identificar as necessidades e desenvolver um currículo de língua e cultura aborígene. Existe, nomeadamente, um quadro estratégico que define as necessidades de aprendizagem destes povos, reconhece a importância da sua história e estabelece prioridades para a sua educação. Actualmente, estão em curso programas destinados a apoiar a educação dos alunos indígenas designados como *First Nations, Métis and Inuits*.

Paralelamente, as perspectivas autóctones estão também a ser introduzidas nos programas regulares e nos recursos que lhes estão associados.

Espanha A diversidade é um princípio básico consagrado na lei que permite encontrar respostas para todos os alunos, em qualquer uma das etapas educativas, garantindo uma educação de qualidade e o apoio necessário, na perspectiva da inclusão.

A identificação de dificuldades de aprendizagem decorrentes de altas capacidades intelectuais, da integração tardia no sistema,

de condições pessoais ou de história escolar deve ser feita tão cedo quanto possível, por pessoal devidamente qualificado, de modo a aplicar as medidas que permitam minorar o efeito sobre a aprendizagem. Assim, o processo de escolarização deve iniciar-se logo que o problema seja detectado. Estes alunos têm prioridade na etapa de educação infantil. O diagnóstico é feito pelos serviços de orientação e o aluno é encaminhado para o centro mais próximo que reúna as condições necessárias para responder ao seu problema.

Em função dos alunos com NEE, os centros são dotados com os recursos materiais e humanos (professores de apoio especialistas em educação especial e equipas psicopedagógicas), promovem programas para adequar as condições físicas e tecnológicas e fazem adaptações curriculares.

Embora possa ser flexibilizada em função de cada caso, normalmente a escolarização de alunos com NEE tem o mesmo número de anos. Apenas poderão permanecer mais um ano no 2.º ciclo de educação infantil se a equipa pedagógica o considerar benéfico. Estes alunos só frequentam escolas especiais quando o centro não puder atender às suas necessidades. Os pais participam nas decisões relativas à escolaridade dos filhos e recebem assessoria.

O Ministério da Educação instituiu um prémio, de forma a reconhecer a qualidade do trabalho realizado pelos centros na aplicação de medidas destinadas aos alunos com NEE e os bons resultados obtidos.

Não há legislação sobre tarefas escolares a realizar fora da escola. Isso fica ao critério de cada professor.

A metodologia utilizada é globalizadora e interdisciplinar, tendo em conta as experiências e aprendizagens dos alunos.

É dada uma atenção individualizada, adaptada às características dos alunos, fundamentada em diagnósticos precoces, de modo a evitar o insucesso em idades temporãs. O sistema tenta melhorar a educação dos alunos em desvantagem socioeducativa através de acções de compensação em geral e de programas de actuação em centros e zonas de atenção prioritária. Entre as várias acções contam-se o aumento dos recursos materiais e humanos: produção de materiais específicos, criação da figura do mediador cultural, aumento dos professores de apoio e de pedagogia terapêutica, formação intercultural dos professores, apoio adicional docente e não docente.

Estes programas destinam-se a alunos em risco de exclusão educativa e social (ex: ciganos, filhos de trabalhadores sazonais, etc.) e incluem a gratuidade dos serviços complementares, na educação obrigatória (transporte e alimentação).

Outro dos grupos mais vulneráveis é o dos alunos imigrantes. As acções pontuais ou contínuas têm como objectivo:

- a inclusão dos alunos imigrantes na escola e no meio social;
- a aprendizagem da riqueza de todas as culturas;
- a superação do insucesso escolar;
- o estabelecimento de relações solidárias e harmónicas entre todos.

A educação dos alunos imigrantes ocorre na aula regular, excepto a aprendizagem da língua ou o reforço educativo.

Finlândia Todos os alunos são testados na pré-escola, por professores de educação especial, para despistar a possibilidade de existência de problemas de aprendizagem, e enviados a um especialista em função do problema detectado. Os alunos são identificados como pertencendo a uma determinada categoria, de modo a

adequar o apoio à dificuldade, definir o currículo a adoptar e estabelecer o plano individual de educação. A perspectiva é a de atacar o problema o mais cedo possível.

As dificuldades de aprendizagem têm soluções diversificadas, que mobilizam a intervenção de vários actores, em função do tipo de problema identificado:

- o professor generalista trabalha individualmente com o aluno ou com um grupo de dois a quatro alunos;
- o assistente do professor trabalha junto de um aluno ou de um grupo de alunos;
- o professor especialista em dificuldades de aprendizagem trabalha individualmente ou em pequeno grupo, geralmente em Língua Materna e em Matemática, em concertação com o professor da classe;
- quando o progresso insuficiente do aluno se deve a problemas familiares ou sociais, há uma equipa interdisciplinar (que inclui o professor, o conselheiro de orientação e outros técnicos escolares ou exteriores à escola) que desenvolve uma acção concertada para os resolver.

A educação especial é assegurada em todos os níveis de ensino desde o pré-escolar. Se necessário, o conteúdo programático é adaptado, numa ou mais matérias, ou criado um currículo específico para o aluno. Cada aluno com necessidades especiais de aprendizagem tem ensino individualizado e um plano de aprendizagem que é avaliado regularmente. Os alunos podem também receber educação especial em tempo parcial com um professor de educação especial. A integração destes alunos nas classes regulares implica a presença de um assistente escolar que fica junto do aluno e o ajuda na realização de algumas actividades.

A primeira opção é incluir a educação especial nas classes regulares e, quando necessário, ela é dispensada em pequenos

grupos. Só quando isto não é exequível, se opta pela educação num grupo ou classe na escola regular ou pela escola especial. Há algumas escolas de educação especial para os alunos com deficiências profundas que são mantidas pelo Estado.

Em regra, os alunos com NEE completam a sua escolaridade ao mesmo tempo que os outros. Se necessário, a escolaridade pode ser prolongada para onze anos (começam um ano mais cedo e terminam um ano mais tarde).

Quando os alunos da escola regular começam a não acompanhar os estudos, recorrem à educação compensatória (*remedial education*) que envolve os serviços de apoio, a orientação educacional e a cooperação com os encarregados de educação.

Não há recomendações oficiais sobre os trabalhos de casa mas há um entendimento de que para além do trabalho realizado, na escola e em casa, o aluno ainda deve ter tempo suficiente para *hobbies* e recreação.

As crianças imigrantes são integradas em grupos preparatórios ou nas classes regulares, com o apoio necessário. Nos grupos preparatórios, a educação é centrada na cultura finlandesa, nos vários assuntos da educação básica, no finlandês (ou sueco) como segunda língua e na Língua Materna do aluno. A avaliação dos alunos imigrantes na educação básica é oral, excepto na avaliação final.

A escolaridade das crianças ciganas coloca alguns problemas que só recentemente começaram a ser encarados. O desconhecimento da cultura cigana por parte dos professores e a falta de ligação da escola com a família têm levado as crianças ciganas a não completar a escolaridade obrigatória. Como a legislação reconhece a necessidade de preservar a língua e a cultura cigana,

foi possível formar professores em língua cigana, promover um currículo e o ensino naquela língua, na escolaridade obrigatória.

Na Finlândia, globalmente, em casos de dificuldades de aprendizagem ligeiras – com reflexo na expressão oral, leitura e escrita – procede-se a ajustamentos em conjugação com a instrução geral comum acrescida de mecanismos de educação especial em *part-time*. Para casos menos ligeiros, há oito escolas especiais públicas. Em 2004, 6,7% dos alunos do Ensino Básico na Finlândia frequentavam estas oito escolas para NEE, enquanto 21% estavam abrangidos por medidas de NEE em tempo parcial.

Inglaterra As turmas são, normalmente, grupos heterogéneos que correspondem à classe de ano. As escolas pequenas têm classes que integram vários graus (anos de escolaridade) que podem ser divididas em pequenos grupos durante uma parte do dia, para ensinar a cada um separadamente.

Algumas escolas maiores, quando constatarem diferenças de conhecimento constituem grupos de nível para Matemática e Inglês. Nas restantes matérias, o ensino é feito em grande grupo e os alunos são incentivados a trabalhar em grupos heterogéneos.

Para além disso, existem programas e classes de reforço em literacia e Matemática. É o caso do programa *Early Literacy Support* (ELS) destinado a um pequeno grupo de crianças do 1.º ano que trabalha diariamente com um professor assistente, a partir do momento que se manifestam os primeiros sinais de insucesso na leitura e na escrita. Para os 3.º e 4.º anos há o *Additional Literacy Support* (ALS) e para o 5.º ano o *Further Literacy Support* (FLS).

Existem, também, programas para apoio em Matemática para além das lições regulares.

De uma forma geral, há três modos de planificar o apoio reforçado:

- apoio durante as aulas de Inglês e Matemática;
- apoio fora das aulas, garantindo que as crianças não deixam de acompanhar o currículo geral;
- em classes extra tempo curricular (antes ou depois das aulas ou durante a pausa de almoço).

No 2.º ano de escola, as crianças que têm o nível mais baixo em Matemática também são ensinadas num grupo à parte pelo coordenador de Matemática.

Os departamentos do Ministério produzem materiais para apoiarem os professores na aplicação dos projectos de literacia, Matemática, Ciências e TIC, entre outros.

Nos últimos anos, foram introduzidas alterações sobre as NEE e a palavra-chave nesta matéria é a inclusão. Existem publicações de departamentos estatais relativos ao ensino de crianças com dificuldades. Embora as metodologias usadas sejam definidas pelo professor da turma, ele é apoiado pelo professor coordenador de NEE.

Sempre que possível, as crianças com NEE são integradas em classes regulares com crianças da mesma idade e seguem o mesmo currículo, mas também estão previstas adaptações em função das necessidades individuais. Quando a dificuldade evidenciada não pode ser atendida nestas escolas, as crianças (uma pequena minoria) são encaminhadas para escolas especiais, promovidas pelas autoridades locais.

Os corpos directivos da escola devem publicar a sua política relativamente aos trabalhos de casa. O Ministério disponibiliza

orientações para a realização de trabalhos de casa dos alunos e prescreve a sua duração em função do nível escolar dos alunos:

- alunos do 1.º nível (5 a 7 anos): 1 hora de trabalhos de casa por semana;
- alunos entre os 7 e os 9 anos: 90 minutos semanais;
- alunos dos dois últimos anos do ensino primário: 30 minutos por dia.

A política relativa às crianças imigrantes orienta-se no sentido de as integrar na escola regular, com apoio em língua, quando necessário. Algumas escolas oferecem ensino em línguas maternas, dentro ou fora do horário normal. O governo tem produzido documentos com conselhos e boas práticas para apoiar as escolas e os professores nesta matéria.

Irlanda

Em consequência do critério de constituição das turmas (classe de idade) e da progressão automática, as turmas são heterogéneas e integram alunos com dificuldades de aprendizagem. Em matéria de ensino, a ênfase tem sido colocada nas actividades de grupo e na aprendizagem cooperativa. Os professores são encorajados a trabalhar por temas e a abordá-los de forma holística ao longo de uma semana ou mais tempo.

A entrada na escola de crianças com necessidades especiais é precedida de uma avaliação psicológica em que os pais são encorajados a colaborar com os vários especialistas. A educação das crianças com NEE ocorre em escolas especiais, em classes especiais em escolas regulares ou em classes regulares com serviço de apoio, dependendo das dificuldades de aprendizagem identificadas: severas e profundas, moderadas ou leves.

Os alunos com NEE que frequentam a escola regular, numa perspectiva de integração, têm direito a serviços de apoio e a um professor adicional que os apoia individualmente ou em

pequeno grupo. Por vezes, trabalham com esse professor noutra sala com materiais específicos. As escolas têm professores-recurso, a tempo inteiro ou parcial que, para além da formação inicial comum à dos demais, têm uma formação complementar em educação especial. Certas dificuldades das crianças requerem a presença na sala de um assistente de necessidades especiais que não é professor mas tem como função ajudar a criança com NEE na realização de tarefas.

Existe um serviço de educação especial, criado em 2003, que coordena e desenvolve apoio profissional aos professores. As orientações sobre educação especial enfatizam a importância da aprendizagem cooperativa e do trabalho de grupo como forma de integração das crianças com NEE nas classes regulares. Ao longo dos últimos anos, têm sido criados grupos de missão específicos, nomeadamente sobre autismo e dislexia, para produzirem orientações de educação especial para estas deficiências.

Os alunos imigrantes são integrados em classes regulares e apoiados por um professor assistente em matéria de inglês.

Japão

Estão a ser adoptadas algumas medidas ao nível da sala de aula regular, como por exemplo instrução em pequenos grupos, *team-teaching*, instrução em função de grupos de nível e o recurso a assistentes de apoio.

A reforma em curso (desde 2006) está a enfatizar a individualidade, a criatividade e actividades experimentais (*hands-on-activities*) e a introduzir as seguintes mudanças:

- redução do número de dias de aulas semanais para 5;
- introdução de um programa para alunos sobredotados;
- aumento do número de conselheiros a tempo inteiro nas escolas;
- promoção de mais apoio à educação familiar.

Algumas das crianças com NEE frequentam escolas adequadas à sua deficiência (cegos, surdos, deficiências intelectuais, deficiências físicas e problemas de saúde) com um currículo próprio, com professores especializados e equipamentos adequados. No entanto, a educação especial também pode ser dada em escolas regulares, em pequenas classes, quando a deficiência o permita. Nos casos em que a dificuldade é menor as crianças frequentam a classe regular e deslocam-se algumas vezes por semana a um centro de recursos onde recebem instrução específica em função da sua deficiência.

Os trabalhos de casa estão estabelecidos para a escola elementar e são um importante contributo para o currículo. Mesmo durante as férias grandes, os alunos são obrigados a realizar este tipo de trabalho. Os trabalhos de casa podem ser realizados em clubes de actividades ou classes de remediação, explicadores ou mesmo escolas. Cerca de um quarto dos alunos do ensino elementar frequenta uma escola privada (*Juku*) depois da jornada escolar e das actividades extra-curriculares, onde recebem aulas suplementares, durante duas ou três horas diárias, destinadas ao aperfeiçoamento ou à reposição do nível, no caso dos que se atrasam nos estudos.

Os alunos estrangeiros não são obrigados a frequentar a escola, mas podem fazê-lo usufruindo dos mesmos direitos que os nacionais. Para promover uma adaptação progressiva à escola japonesa, o Ministério providencia professores para estes alunos, *workshops* para os supervisores e currículos de japonês como segunda língua.

